



Pedro França/Agência Senado



Na Comissão de Constituição e Justiça, substitutivo ao projeto de Romero Jucá (2º à esq. na primeira mesa) pode receber emendas até o momento da análise em turno suplementar, amanhã

Senado conclui amanhã exame da minirreforma eleitoral

Com 36 emendas recebidas até agora, proposta que passa por segundo turno de votação na Comissão de Constituição e Justiça tem o objetivo de reduzir gastos de

campanha e dar mais igualdade de condições aos candidatos. Se passar pela comissão, segue direto para a Câmara dos Deputados, onde precisa ser aprovada até o fim do mês

para valer já nas eleições do ano que vem. Na quarta-feira, a comissão vota a proposta que estabelece voto aberto em todas as decisões do Congresso. **3**

Escoamento da produção depende de boas vicinais

Durante audiência pública na Comissão de Agricultura, senadores e convidados destacaram a importância das estradas vicinais para o escoamento adequado da produção agrícola. Acir Gurgacz defendeu plano específico de pavimentação das vicinais. **4**

Lito de Proulx/Agência Senado



Gurgacz (C) acredita que investimento em estradas vicinais atende agricultores e prefeitos que não têm recursos técnicos

Audiência pública interativa debate alienação parental nas famílias **4**

Renan Calheiros procura apoio para agricultores familiares **4**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Retirada e reconstrução da mama em uma só cirurgia
Lei 12.802/2013

O tratamento do câncer de mama não precisa deixar essa marca

O Congresso Nacional aprovou a lei que obriga o SUS a fazer a retirada e a reconstrução da mama afetada em uma só cirurgia, quando não houver contraindicações. Uma medida que valoriza a autoestima da mulher.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Secom — Criação e Marketing

Violência em manifestações de rua preocupa senadores

Protestos com máscaras e vandalismo no Dia da Independência foram tema de debate em Plenário na sexta-feira.

Os senadores Pedro Simon,

Simon pede a jovens que fiquem longe dos mascarados

Pedro Simon (PMDB-RS) recomendou aos jovens que, nas comemorações pela Independência do Brasil, ficassem afastados das pessoas mascaradas e que pretendem cometer vandalismo, como saques e destruição de patrimônio. Ele sugeriu que os manifestantes informem à polícia quando identificarem comportamento inadequado dos que se aproveitam para minar o movimento.

— A gente deve deixar claro o que é a mocidade que está se manifestando contra a corrupção, contra o Congresso, contra as coisas que estão erradas. E deve exercer esse trabalho de falar, gritar, protestar — disse o senador.

Simon defendeu as manifestações nas ruas, mas disse ser contrário às máscaras em protestos. Para ele, assim como os parlamentares devem votar de forma aberta, os manifestantes devem se expressar sem máscaras.

— A liberdade está em se expressar, se manifestar, de cara aberta — afirmou.

Cristovam defende novo pacto social pelo futuro do país

Cristovam Buarque (PDT-DF) desafiou, em Plenário, na sexta-feira, os demais senadores a encontrarem um caminho para sanar as insatisfações da população, que planejava manifestações no 7 de Setembro. Para o senador, é preciso fazer um novo pacto social para definir o futuro do país.

Na opinião de Cristovam, o Senado deveria retomar os trabalhos em caráter permanente e começar a fazer um pacto, não só por pequenas medidas, mas um acordo de para onde se vai levar o Brasil no futuro.

Para o senador, o caminho para acabar com a onda de manifestações não é a repressão, mas restabelecer com o povo o pacto social quebrado.

— Eu não tenho nenhuma simpatia por manifestantes mascarados. Mas me preocupa muito que comecemos proibindo os mascarados, depois vamos proibir os que estão sem camisa e no final vamos proibir todos de irem para as ruas — disse.

Ana Amélia, Cristovam Buarque e Acir Gurgacz discursaram demonstrando expectativa com as manifestações de rua e procurando orientar a juventude.

Ana Amélia: “Democracia requer responsabilidade”

Em discurso na sexta-feira, Ana Amélia (PP-RS) alertou a juventude organizada para que, nas manifestações previstas para o 7 de Setembro, buscasse o pacifismo, a disciplina e a ordem. Segundo disse, a violência e o extremismo poderiam esvaziar os protestos, que são justos.

— A democracia requer de todos muita responsabilidade toda vez que nós fazemos protestos ou cobramos atitudes ou demandas por parte das autoridades que nos representam ou que representam o país — afirmou.

Ana Amélia elogiou a atitude dos artistas brasileiros que recomendaram aos grupos organizadores das marchas a apresentação de uma pauta de reivindicações, e não a opção pela baderna. A senadora também registrou que os jovens estão com uma lista tão extensa de demandas por terem sido marginalizados nas decisões da política nacional tomadas nas últimas décadas.

Para Gurgacz, 7 de Setembro foi o mais esperado em anos

A expectativa de que possíveis manifestações populares invadissem as comemorações pela Independência do Brasil nas ruas das principais cidades do país tornaram o dia 7 de setembro de 2013 o mais esperado dos últimos anos. Essa foi a avaliação feita por Acir Gurgacz (PDT-RO) na sexta-feira, durante pronunciamento no Plenário.

Para ele, os protestos ajudam as autoridades a entender melhor o que a população quer. Gurgacz pediu que as manifestações fossem pacíficas, sem atos de vandalismo ou depredação.

— Este é o momento de pedir tranquilidade às pessoas que pretendem sair às ruas para se manifestar. É preciso que as reivindicações da população sejam expressadas com clareza para que não sejam confundidas com desordem — disse o parlamentar.

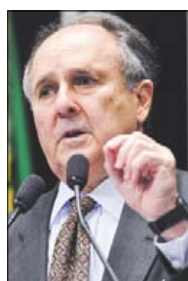
O senador disse que a escolha de candidatos comprometidos com os anseios da população nas eleições do ano que vem será uma oportunidade para que os brasileiros concretizem alguns desses pleitos.



Gerardo Magela/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Ditadura chilena

11h Sessão especial homenageia vítimas da violência e do arbítrio do golpe militar no Chile. Às 14h, a sessão é não deliberativa.

PRESIDÊNCIA Destinação de royalties

8h30 Renan Calheiros visita obras em Arapiraca (AL); às 9h, participa de abertura da Semana do Peixe, em Maceió; e às 15h, da cerimônia de sanção da lei que destina recursos dos royalties do petróleo para a educação e a saúde, no Palácio do Planalto.

CDH Alienação parental

10h Audiência pública interativa, por meio do Portal e-Cidadania, debate alienação parental na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

TERÇA

CMA Minérios no Amazonas

8h30 Para discutir a exploração de minérios no Amazonas, a Comissão de Meio Ambiente ouve, entre outros, o superintendente-adjunto do Departamento Nacional de Produção Mineral no estado, João Frederico Guimarães Cruz.

CCT Telecomunicações e terras-raras

9h Na pauta, proposta que obriga a universalização de serviços de telecomunicação na Amazônia Legal. Também serão analisados projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e televisão. Logo após a reunião, será apresentado o relatório final da Subcomissão Temporária das Terras-Raras, que integra a CCT. Além disso, lançamento da revista *Em Discussão!*, com o tema “Terras-raras, estratégia para o futuro”.

CCJ Minirreforma eleitoral

9h30 Em debate, o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Às 14h, votação, em turno suplementar, do substitutivo à proposta de minirreforma eleitoral.

CAE Agências lotéricas

10h A comissão examina projeto que prevê novas regras para contratos entre donos de agências lotéricas e a Caixa. Às 10h30, audiência debate o crescimento sustentado da economia brasileira.

CE Qualificação profissional

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte pode votar, em decisão terminativa, projeto que incentiva a qualificação profissional dos beneficiários do Fies que não estejam no mercado de trabalho.

CAS Jornada de aeronautas

11h A flexibilização da jornada de trabalho dos aeronautas é tema de debate na Comissão de Assuntos Sociais.

CPI DA ESPIONAGEM Reunião

14h30 A Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem faz reunião para avaliar o plano de trabalho.

QUARTA

CI Infraestrutura aeroportuária

7h30 Audiência pública na Comissão de Infraestrutura debate os desafios da infraestrutura aeronáutica e aeroportuária. A audiência faz parte do ciclo de debates Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país.

CAS Assistência odontológica

9h A Comissão de Assuntos Sociais avalia projeto que estabelece assistência odontológica para pacientes internados em hospitais ou em regime de atendimento e de internação domiciliar, assim como para portadores de doenças crônicas.

CE Diplomas estrangeiros

10h A Comissão de Educação vai debater o reconhecimento e a validação dos diplomas expedidos no Mercosul e a situação dos estudantes transferidos de universidades públicas e privadas.

CCJ Voto aberto

10h Na pauta da Comissão de Constituição e Justiça, proposta de emenda à Constituição que estabelece o fim do voto secreto no Congresso.

CMO Orçamento 2014

15h A Comissão Mista de Orçamento deve votar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014. A reunião ocorre no Plenário 2 da Câmara.

CERRADO VIVO Abertura de mostra

19h30 Lançamento da exposição *Cerrado Vivo*, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, uma iniciativa da Comissão de Meio Ambiente.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Presidida por Vital do Rêgo (D), a Comissão de Constituição e Justiça avalia substitutivo ao projeto

Minirreforma eleitoral já recebeu 36 emendas e vai a votação amanhã

Projeto que pretende reduzir gastos de campanha e dar mais igualdade de condições segue direto para a Câmara se aprovação for confirmada em comissão do Senado

ATÉ SEXTA-FEIRA, 36 emendas haviam sido apresentadas à proposta de minirreforma eleitoral (PLS 441/2012). A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vai votar amanhã, em turno suplementar, substitutivo de Valdir Raupp (PMDB-RO) ao projeto de Romero Jucá (PMDB-RR). Para valer nas eleições de 2014, as novas regras precisam ser aprovadas pelo Senado e pela Câmara até o fim do mês.

Emendas podem ser apresentadas até a análise na CCJ. Sendo aprovada, a proposta segue para a Câmara. A intenção da minirreforma — segundo ressaltaram Jucá e Raupp — é reduzir gastos e dar maior transparência ao processo eleitoral e igualdade de condições aos candidatos em disputa.

O próprio autor do projeto apresentou quatro emendas. Uma delas estabelece em 20% e 10% os limites de

gastos de campanha com alimentação de prestadores de serviço e com aluguel de veículos. Outra sugere a possibilidade de usar o Fundo Partidário para pagar multas por irregularidades na propaganda eleitoral.

Campeão na apresentação de emendas, com 14, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) também teve sugestões aproveitadas. Um exemplo é a proposta que obriga a Justiça Eleitoral a designar um juiz auxiliar, de ofício, caso não haja uma decisão em 72 horas sobre pedido de direito de resposta.

Duas emendas de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) foram acolhidas integralmente. A primeira limita em 80 decibéis a potência de carros de som e minitrios elétricos nas campanhas. A segunda livra a coligação de responsabilidade solidária em caso de sanção a candidato ou partido.

Humberto Costa (PT-PE) apresentou cinco emendas, das quais quatro foram acolhidas. Uma determina que demandas judiciais contra um partido sejam apresentadas na circunscrição judiciária da sede da legenda. Originalmente, o substitutivo havia concentrado as reclamações judiciais em Brasília. Raupp já se manifestou favoravelmente a emenda de Humberto que libera a colocação de mesas para a distribuição de material e uso de bandeiras ao longo de vias públicas.

TAQUES NÃO PROPÔS LIMITAÇÃO DE DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS

Diferentemente do que foi publicado sexta-feira no *Jornal do Senado* ("Suplicy defende fim das doações de empresas"), Pedro Taques (PDT-MT) não apresentou emenda a projeto (PLS 264/2013) de Jorge Viana (PT-AC) para limitar o valor das doações de pessoas físicas a campanhas eleitorais. A emenda se destina a deixar clara a proibição da doação de pessoas jurídicas. No substitutivo, Suplicy propôs que a contribuição de pessoa física seja limitada a R\$ 1.700 e que a medida valha já em 2014.

Comissões permanentes do Senado analisaram 145 matérias em agosto

Somente em agosto deste ano, as comissões e subcomissões permanentes do Senado analisaram 145 matérias. O dado é da resenha mensal elaborada pela Secretaria-Geral da Mesa, por meio da Secretaria de Comissões. Segundo o documento, entre 1º e 31 de agosto, as comissões permanentes e subcomissões do Senado realizaram 76 reuniões, sendo 36 audiências públicas para discussão de temas diversos.

Das 145 matérias apreciadas em agosto, 79 foram em decisão terminativa. A resenha também aponta a análise de 60 requerimentos e a aprovação de 193 emendas ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014, encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Entre as principais matérias aprovadas pelas comissões, está a Proposta de

Emenda à Constituição (PEC) 18/2013, que determina imediata perda dos mandatos de parlamentares condenados por improbidade administrativa em sentença transitada em julgado. A PEC deve ser votada em Plenário na semana de esforço concentrado que será iniciada no dia 16 deste mês.

Outra matéria ligada ao tema corrupção aprovada pelas comissões é o Projeto de Lei do Senado (PLS) 56/2012, que trata do novo marco legal para a contratação de obras públicas.

Além de analisar projetos de lei e PECs, as comissões realizaram 36 audiências públicas para discutir temas como o Programa Mais Médicos, as denúncias de espionagem do Brasil pelo governo dos Estados Unidos e o Marco Civil da Internet.

Voto aberto em todas as situações gera discordâncias no Senado

Doze anos depois de ser apresentada na Câmara, chegou quarta-feira ao Senado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 349/2001, que estabelece o voto aberto em todas as votações do Congresso, das assembleias legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das câmaras de vereadores. O tempo prolongado de tramitação confirma a controvérsia do tema.

No Senado, o presidente da Casa, Renan Calheiros, sugere que primeiro seja votada a PEC 86/2007, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que prevê voto aberto só nos processos de perda de mandato. Depois, as possibilidades poderiam ser ampliadas com a PEC 20/2013, de Paulo Paim (PT-RS), que acaba com o voto secreto em qualquer situação. Mas os deputados aprovaram um texto resultante da junção de várias PECs. A votação está marcada para quarta-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— Do ponto de vista do Parlamento, da democracia e da oposição, abrir o voto para exame de veto presidencial, por exemplo, é delicado, porque permitirá o monitoramento político do governo, de qualquer governo. O fundamental é que, neste primeiro momento, possamos abrir o voto para julgamento de deputado e senador. É o que a sociedade está cobrando — disse Renan.

PEC paralela

O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), considera legítima a saída por meio de uma PEC paralela, mecanismo utilizado na última reforma da Previdência.

— Vamos apressar a tramitação da PEC na comissão. Já designei Sérgio Souza [PMDB-PR] para ser o relator, que fará os arranjos necessários para incluir a proposta rapidamente na pauta do Plenário — afirmou Vital.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e outros senadores reagiram à ideia de "fatiar a PEC". Ele adverte que uma mudança na PEC obrigaria o retorno à Câmara e questiona se a PEC paralela ainda teria ligação jurídica com a proposta original ou seria uma nova, com origem no Senado.

— Não podemos devolver a bola para a Câmara e fazer o salame. A opinião pública está exigindo o contrário — disse Randolfe.

Souza adiantou que vai trabalhar para manter o voto aberto em todas as votações, como aprovou a Câmara.

Favorável à PEC, Pedro Taques (PDT-MT) reconhece que a proposta

enfrenta resistências. Humberto Costa (PT-PE) entende que o voto deve ser secreto nos casos de indicações para o Supremo Tribunal Federal e a Procuradoria-Geral da República, pois esses órgãos julgam ou emitem pareceres sobre o Parlamento.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) tem dúvidas sobre a conveniência do voto aberto na análise dos vetos presidenciais e Walter Pinheiro (PT-BA), favorável, responde que os congressistas devem olhar para as bases — e não para o Executivo.

Ana Amélia (PP-RS) incentiva os parlamentares a buscar forças no eleitorado em vez de se submeter ao poder do governo.

— Quem tem ficha limpa não pode temer voto aberto — afirmou.

Senadores alegam que momento histórico do país exige a mudança

Wellington Dias (PT-PI) afirmou que só compreenderia o voto secreto num regime de força, como o da ditadura militar, entre 1964 e 1984.

— Alguém que se atrevesse a ser contra o governante de plantão certamente corria risco de vida.

Para o senador, o momento histórico do país é outro e o Congresso deve tomar posição de forma livre. Sobre indicações de autoridades e apreciação dos vetos, disse que "é importante ter coragem e não temer possíveis represálias".

Paulo Paim elogiou a Câmara por aprovar o fim do voto secreto:

— Não acredito que esta Casa vai empurrar com a barriga a proposta aprovada na Câmara. Se nós não votarmos a proposta em setembro, estaremos cometendo um erro tão grande quanto a Câmara cometeu quando absolveu um deputado que está preso — alertou.

Segundo Paim, o voto secreto serve apenas para acobertar "quem não tem coragem de assumir, perante os eleitores, as consequências dos seus atos".

Outro senador que vê o voto aberto amplo como uma questão de sintonia entre o Parlamento e as ruas é Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Em pronunciamento, ele pediu aos colegas que se inspirassem nas manifestações de 7 de setembro. A proposta, em sua opinião, é tão importante para a democracia quanto a Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009).



Renan, Casildo Maldaner e Rollemberg durante sessão conduzida por Sérgio Souza (sentado)

Gurgacz defende programa nacional específico para estradas vicinais

Em audiência pública, debatedores destacaram a importância das estradas secundárias para escoar adequadamente a produção agrícola

O SENADOR ACIR Gurgacz (PDT-RO) defendeu a criação de um programa nacional específico para a pavimentação das estradas vicinais, com a adoção de soluções práticas e baratas para a produção de bueiros e pontes, visto que algumas “fórmulas caseiras” regionais não podem mais ser utilizadas.

— Esse programa vai movimentar a economia e atender agricultores, que precisam de pontes e bueiros, e atender os prefeitos, que já não podem mais tirar madeira para fazer ponte — afirmou.

Na sexta-feira, Acir Gurgacz presidiu audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) que discutiu os avanços do PAC Equipamentos, o qual já vem repassando aos municípios tratores e caminhões para serem empregados na melhoria e na recuperação de estradas vicinais.

O programa foi lançado em 2012 e prevê R\$ 8,4 bilhões para a compra de 18 mil máquinas



Acir Gurgacz (C) preside audiência pública da CRA que debateu implantação de programa nacional de estradas vicinais

e veículos agrícolas. Até o momento, de acordo com o representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Marco Antonio Viana, já foram entregues 6 mil itens, entre caminhões, caçambas, caminhões-pipa e pás escavadeiras. A previsão é que o total dos equipamentos seja entregue até março de 2014.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) lembrou que a manutenção das estradas vicinais, “onde começam todos os dilemas

dos produtores”, é fundamental para as regiões produtoras de frutas, que não podem ser afetadas pelas condições da rodovia, para que cheguem intactas ao consumidor. Em pleno século 21, disse a senadora, o Rio Grande do Sul ainda tem mais de cem municípios em que o acesso do interior à cidade não tem asfalto.

Em razão das condições precárias das estradas vicinais, o representante da Organização das Cooperativas Brasileiras,

Gustavo Beduschi, disse que “o leite já chega coalhado”.

O representante do Instituto CNA, Og Arão Vieira, lembrou que no Brasil o escoamento da produção agrícola ocorre basicamente por rodovias, em especial pelas estradas vicinais.

Para o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luciano Carvalho, “a linha do leite é a linha da prosperidade e, se a linha do leite não funcionar, a coisa está toda quebrada”.

Renan busca apoio a agricultores endividados

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou na sexta-feira a necessidade de apoio aos agricultores familiares. Ele participou de evento em que o estado de Alagoas foi declarado área livre de febre aftosa com vacinação.

— É muito importante continuar ajudando, estimulando, garantindo crédito novo, renegociando as dívidas, fazendo o abatimento das dívidas, das ressecuritizações, para que a agricultura familiar, dessa forma, possa surpreender — salientou.

O Nordeste brasileiro enfrenta em 2013 a maior seca dos últimos 50 anos, com mais de 1.400 municípios afetados, de acordo com o governo federal. No mês de agosto, quando as chuvas começaram a cair, a grave situação climática recuou um pouco, segundo mostram as imagens de satélite captadas pelo Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites da Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Preocupado com a situação de risco provocada pela seca, que afeta principalmente os agricultores familiares, Renan Calheiros busca uma solução junto ao governo federal para possibilitar a renegociação das dívidas desses pequenos agricultores.

Uma das saídas está na apreciação, pelo Congresso Nacio-



Renan comemora feito de Alagoas com o governador Vilela e o ministro Andrade (D)

nal, de alguns pontos vetados da MP 610/2013, conhecida como MP da Seca, que beneficia principalmente os pequenos agricultores endividados no semiárido brasileiro.

— A agricultura familiar é muito importante em Alagoas, muito importante no Brasil e, a partir do presidente Lula, nós tivemos um tratamento diferenciado para a agricultura familiar, que hoje é responsável pelo abastecimento do mercado e por grande parte das nossas exportações. A presidenta Dilma tem ajudado Alagoas de todas as formas. Na agricultura, na agricultura familiar e na pecuária — lembrou Renan.

O ato de assinatura da instrução normativa que abre as barreiras sanitárias nacionais para Alagoas — que persistiam havia mais de 14 anos, impedindo a comercialização de carne — contou com participação do ministro da Agricultura, Antônio Andrade; do governador do

estado, Teotônio Vilela Filho; e do vice-governador, José Thomaz Nonô, além de centenas de criadores alagoanos.

No discurso, o presidente do Senado ressaltou o “imenso esforço conjunto” dos prefeitos do estado e de todos os criadores alagoanos para vacinar o rebanho bovino e bubalino em todas as campanhas.

— É evidente que é o primeiro passo, mas a simples declaração de Alagoas como zona livre de aftosa com vacinação significa dizer que nós estamos nos preparando para alcançarmos o passo definitivo, que é a declaração de zona livre de aftosa — ressaltou.

De acordo com Renan, a presença dele na Presidência do Congresso Nacional tem, além da responsabilidade de comandar o Parlamento brasileiro, o significado de resolver problemas e de ajudar no que for possível no desenvolvimento de Alagoas.

Senado homenageia vítimas do golpe de estado no Chile

As vítimas da violência e do arbítrio do golpe de estado de 11 de setembro de 1973 no Chile serão lembradas hoje em sessão especial do Senado. Durante o evento, será realizado o Colóquio Chile 40, em que autoridades e especialistas debaterão o tema.

Um dos senadores que assinaram o requerimento, João Capiberibe (PSB-AP) viveu parte do exílio no Chile e vivenciou o golpe. Também deve comparecer ao evento o embaixador do Chile no Brasil, Fernando Schmidt.

Subcomissão deve visitar a ex-sede do DOI no dia 20

Deve acontecer dia 20 a visita que a Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça fará ao quartel onde, durante a ditadura militar, funcionou o Destacamento de Operações de Informações (DOI) do 1º Exército, no Rio de Janeiro.

Registros ligam o antigo DOI às mortes do deputado cassado Rubens Paiva e do comunista Mário Alves.

Presidida por João Capiberibe (PSB-AP), a subcomissão é vinculada à Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Mineração de terras-raras é novo tema de *Em Discussão!*

O *Jornal do Senado* lançará amanhã, durante a reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), a 17ª edição da revista *Em Discussão!*, cujo tema é a mineração de terras-raras no Brasil. Presidida pelo senador Anibal Diniz (PT-AC), uma subcomissão para tratar do estímulo à produção e industrialização desses minerais estratégicos foi criada pelo Senado neste ano. Após ouvir 21 especialistas, em audiências públicas entre maio e julho, o relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), apresenta na reunião da CCT o relatório final.

A edição de *Em Discussão!* mostrará como o país está se preparando para criar uma cadeia produtiva completa para aproveitar as múltiplas aplicações em produtos de tecnologia de ponta dos 17 minerais conhecidos como terras-raras. Eles estão presentes em telefones celulares, motores, ligas de aço, aviões, monitores de vídeo e até mesmo no refino de petróleo e na geração de energia nuclear e eólica.

Audiência pública interativa debaterá alienação parental

A alienação parental no núcleo da família é o tema da próxima audiência pública interativa da Comissão de Direitos Humanos (CDH), que acontece hoje, a partir das 10h.

A pedido do senador Paulo Paim (PT-RS), a comissão receberá especialistas para debater um problema que ocorre não só entre os casais separados. Prevista na Lei 12.318/2010, a alienação parental é a interferência negativa na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida por um dos pais contra o outro.

Foram convidados para a reunião a pesquisadora Esmeralda Roberto de Sousa Lima; o advogado Cesar Galves Mangini; o presidente da Associação Brasileira Criança Feliz, Sergio Moura Rodrigues; e a presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família no Rio Grande do Sul, Delma Silveira Ibias.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/AlienacaoParental>
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/@e_cidadania)
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/notasAP>
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211